

UMA ANÁLISE DA IMAGEM FEMININA NO DISCURSO PRESENTE NO LIVRO EDUCAÇÃO PARA O LAR DO NORTE GOIANO

AN ANALYSIS OF THE FEMININE IMAGE IN THE DISCOURSE PRESENT IN
THE BOOK EDUCATION FOR THE HOME IN NORTHERN GOIANO

Alice Débora Resplandes Farias Sousa Araújo¹

Universidade Federal do Tocantins

Thiago Barbosa Soares²

Universidade Federal do Tocantins

Resumo: Este estudo analisa um recorte do livro didático: Educação para o Lar, utilizado aproximadamente no intervalo vicinal de 1979 a 1989 no antigo norte goiano, da extinta disciplina Educação para o Lar, buscando os efeitos de sentidos sobre a função social da mulher transmitidos através do material didático. A necessidade constante da observação social, de sua modificação na linha do tempo e suas alterações, legitima a importância da contribuição deste trabalho trazendo uma das facetas sociais delimitada sobre a formação da imagem feminina na década de 1980. Para tanto, empregou-se as ferramentas da Análise do Discurso: condições de produção, formação imaginária e formações discursivas, fundamentando-se principalmente nos autores Pêcheux, Orlandi e Soares. Este artigo exercita as ferramentas da Análise do Discurso e, mesmo aos que não possuem o domínio dessa ciência e dentre os objetivos desta obra é que, ao se deparar com este trabalho, o leitor tenha um prévio e modesto conhecimento do grande aparato da Análise do Discurso e em como seus instrumentos viabilizam perceber o deslocamento de sentidos e discursos que fortificam a construção da identidade feminina no ensino básico no antigo norte goiano. A partir disso, obteve-se uma breve panorâmica sobre o cenário que determinava os comportamentos sociais femininos nas escolas públicas, segundo a educação das mulheres, legislação e mídia pertinentes ao assunto. Portanto, foi possível perceber os movimentos dos sentidos e como esses funcionam no interior da formação discursiva implicada a certas condições de produção.

Palavras-chave: Imagem feminina; Discursos educacionais; Patriarcado.

Abstract: This study analyzes an excerpt from the textbook Educação para o Lar (Home Education), used approximately between 1979 and 1989 in the former northern region of Goiás, as part of the now-defunct subject Educação para o Lar. It examines the meaning effects regarding the social role of women conveyed through the didactic material. The constant need for social observation, its changes over time, and its modifications underscore the importance of

¹ Graduada em Normal Superior, Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: alice.debora@uft.edu.br.

² Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor no curso de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pesquisador bolsista de produtividade do CNPq. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8919327601287308>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2887-1302>. Email: thiago.soares@mail.uft.edu.br.

this work, which sheds light on one of the social facets shaping the female image during the 1980s. For this purpose, the study employed tools from Discourse Analysis: conditions of production, imaginary formations, and discursive formations, drawing primarily on the works of Pêcheux, Orlandi, and Soares. This article applies Discourse Analysis tools with the goal that, even for those unfamiliar with this field, the reader may gain a preliminary and modest understanding of the comprehensive framework of Discourse Analysis and how its tools make it possible to perceive the shifting meanings and discourses that reinforce the construction of female identity in basic education in the former northern Goiás. From this analysis, a brief overview was obtained of the scenario that shaped female social behaviors in public schools, considering women's education, relevant legislation, and media influences on the subject. Thus, it was possible to observe the movement of meanings and how they function within the discursive formation tied to specific production conditions.

Keywords: Female image; Educational discourses; Patriarchy.

Submetido em 24 de outubro de 2024.

Aprovado em 30 de dezembro de 2024.

Introdução

Neste artigo, exercitaremos a aplicação de algumas ferramentas da Análise do Discurso (AD) referentes à formação imaginária da figura feminina nos anos de 1980. Consideremos a Análise do Discurso, a ciência da interpretação, a nosso favor, para auxiliar-nos na compreensão do não-dito e dos ecos dos possíveis efeitos que formam sentidos em nossa sociedade.

A relevância desta pesquisa está em conhecer como são construídas as formações discursivas através de materiais educacionais, os caminhos dos efeitos de sentidos pela didática escolar, efeitos esses que atravessam o comportamento feminino e, conseqüentemente, o social.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo não é exatamente criticar os sentidos provocados pela disciplina Educação para o Lar – a crítica ficará por conta do leitor –, mas entendermos como é construída a movimentação de sentidos, o jogo entre sujeito e história que corroboraram os entendimentos dos enunciados existentes no livro Educação para o Lar, sobretudo no tocante à construção da imagem feminina.

Neste estudo, a AD nos ajuda a compreender a maneira em como se chega a possíveis interpretações da formação imaginária, como é edificada a formação discursiva e a construção da identidade feminina, e suas imagens associadas, na década de 1980, no norte goiano (atual Tocantins), o que chamaremos aqui de imagem feminina. A materialidade do texto é limitada, embora seja a língua/linguagem parte constitutiva da análise, e sua gênese e evolução advindas do funcionamento social,

obviamente sem ela, não teríamos possibilidade de uma análise discursiva. Como aporte teórico principal estão os autores Pêcheux, Orlandi e Soares. Nesse direcionamento, a próxima seção é destinada ao necessário recenseamento das contribuições desses para esta investigação.

1. Sobre a Teoria da Análise do Discurso

A Análise do Discurso (AD) conforme Pêcheux (1995) foi ampliada nas décadas de 1930 a 1980. Uma das justificativas para seu surgimento está na possibilidade de entendimento do discurso considerando não somente a materialidade do texto, mas também a língua, o sujeito e a história. Esse trio formata o discurso, o qual está presente no intervalo entre língua e fala. O discurso está em constante movimento, com sentidos múltiplos. Seu próprio nome já traz essa ideia de movimentação: curso, é a linguagem se deslocando e deslocando sentidos, como explica Orlandi (2015, p. 15):

[...] não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.

Porém, antes de nos aprofundarmos especificamente na Teoria do Discurso e suas ferramentas, esboçarei rapidamente sobre as concepções do funcionamento da língua, o primeiro elemento da tríade basilar para as formações conceituais das ferramentas da AD.

Funcionalmente, temos a língua como transmissora de informações e espelhamento do mundo (Koch, 1998, p. 9), contudo ela também ocupa uma terceira função: a de interação. Soares (2018) esclarece sobre essa terceira visão do seu funcionamento, da qual extraímos novas possibilidades de interpretação do dito pela língua, elevando o texto ao *status* de um evento enunciativo-discursivo.

Em outros termos, a língua é atividade sociocognitiva em que a interação, a cultura, a ideologia, a experiência e os aspectos situacionais, interferem nas diversas práticas sociais sobretudo no texto (Soares, 2018, p. 81-82).

O domínio da língua é essencial para que se alcance alguma comunicação, imprescindível para o desenvolvimento heurístico operacional da AD, pois, na língua,

temos o dito, obviamente também observado na AD, porém, esse dito, não é o objeto principal de análise dessa ciência da interpretação. Seu objeto é o discurso, o qual ultrapassa o que claramente está dito no texto, considerando por quem foi dito e em que circunstâncias.

O segundo elemento basilar utilizado por Pêcheux como apoio à criação das ferramentas discursivas é *o sujeito*. Na AD, o sujeito não é a figura que conhecemos familiarmente na linguagem metalinguística quando uma oração nos é apresentada.

De acordo com Soares (2018), no livro *Análise automática do discurso*, Pêcheux determina o discurso como “efeitos de sentido entre os pontos A e B”; ao que Soares (2018, p. 108) define que “os pontos A e B são as posições ocupadas pelos sujeitos atravessados pela história”. Tanto A como B foram afetados inconscientemente por uma memória discursiva – algo já dito em outro momento (interdiscurso)–, memória discursiva a que A e B se assujeitam e reproduzem conforme o que creem estar certo e ser conveniente reproduzir. Nas palavras de Soares (2018, p. 109), “o sujeito para Pêcheux, é efeito do discurso, e seu assujeitamento é, de certa forma, uma aderência aos sentidos que se acreditam ‘corretos’ e estáveis”. Nesse sentido, o sujeito é constituído pelo discurso apreendido através dos interdiscursos, os quais lhe atingiram ao longo de sua *história*, último elemento da tríade percorrido nesse instante.

Na AD, a ideologia é construída através das absorções interdiscursivas na história de A e B. O processo de assujeitamento ocorre de forma inconsciente, o qual é chamado por Pêcheux de *o esquecimento*. Esse esquecimento é bipartido e, na primeira cisão, A e B, ao reproduzirem seus discursos, reproduzem interdiscursos, sem, contudo, lembrarem-se onde nasceram esses interdiscursos. Tal fato está ligado a sua historicidade, porém não é lembrado quando se ouviu nascer o discurso, quando ouviram pela primeira vez e por quem. Na segunda parte do esquecimento, A e B esquecem que os dizeres poderiam ser outros. Dessa forma, A e B se assujeitam historicamente à língua, permitindo-se um comando ideológico discursivo. A historicidade discursiva de A e B ecoa nas suas formações de pensamento, posicionamento, enfim, na ideologia, que será um guia formatador dos discursos de A e B.

Na tríade descrita, surgem os conceitos da AD. Além do próprio discurso e interdiscurso, temos as condições de produção, intrinsicamente ligadas à história: quando foi falado, onde foi falado, para quem foi falado; temos também a formação discursiva: “o que pode ser dito” após apreensão dos interdiscursos e assujeitamento; e a

formação imaginária: conceito antecipado de algo no sentido imaginário em função dos impactos dos interdiscursos em A e B (Soares, 2018). Um mesmo objeto pode trazer sentidos diferentes a A e a B em seu imaginário; ela, a formação imaginária, varia em A e B conforme a sua historicidade discursiva, ideologia ou formação discursiva de ambos. Sendo assim, a formação imaginária de B difere do imaginário de A pela historicidade que cada um carrega. Portanto, é conveniente citar que, “a partir da formação imaginária, surge o que Pêcheux, chama de antecipação. Uma espécie de cálculo segundo o qual a formação imaginária é capaz de reconhecer o seu espelho” (Soares, 2020).

2 Condições de produção do objeto analisado

Conforme Orlandi (2015), as condições de produção estão relacionadas ao sujeito e situação, consistem sócio-histórico, na ideologia e na situação imediata em que se vive, as circunstâncias em que foi dito, em que se têm as condições de produção local, o qual ela chama de sentido estrito: circunstâncias do momento em que foi dito. E, as “condições no sentido amplo” nos remete à historicidade, à trajetória discursiva atravessada até o momento do dizer. Como arremata a autora:

Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito, e temos as circunstâncias da enunciação: [...] E se a consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o [...] sócio-histórico ideológico (Orlandi, 2015, p. 30).

Nessa conjectura, a disciplina Educação para o Lar não foi instituída explicitamente pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 5.692/1971, vigente à época, mas nasceu como matéria optativa para cumprir o solicitado nessa LDB, segundo consta no artigo 4º da referida lei, em que se lê:

Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às *peculiaridades locais*, aos planos dos estabelecimentos de ensino e às *diferenças individuais dos alunos* (Brasil, 1971, grifo nosso).

Nesse cenário, a disciplina surgiu nas escolas como produto da interpretação pedagógica curricular, em cumprimento a essa LDB, como uma das disciplinas opcionais que considerava o ambiente local/regional que o aluno vivia para exercitar suas aptidões no trabalho conforme suas individualidades. Com base nisso, vale a pena

mencionar o que dizia o artigo 5º, parte 2: “a parte de formação especial de currículo: a) terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho [...]” (Brasil, 1971).

Levando em conta as individualidades dos alunos e as peculiaridades locais, para a iniciação ao trabalho no 1º grau (na época 1º grau consistia em: 1º ao 4º ano - ensino básico; 5º ao 8ºano ginásial e 1º a 3º anos segundo grau), a direção pedagógica das escolas norte goianas acrescentam à grade curricular a disciplina Educação para o Lar. Nesse sentido, o livro didático *Educação para o Lar* atendia o interpretado nas exigências da LDB vigente na década de 1980, com relação à matéria optativa, e apresentava conteúdo sobre alimentação, saúde, economia, habitação e vestuário.

Nessas aulas de Educação para o Lar, a participação de homens e mulheres na disciplina, era prevista pelo material didático, como narrado ao aluno no próprio livro nas páginas iniciais:

Você (aluno) adquirirá através deste livro, conhecimentos que o ajudarão a resolver inúmeras situações em toda a sua vida, [...] você além de ter adquiridos interessantes conhecimentos para a sua vida familiar, comunitária e social, ainda terá descoberto em si mesmo, capacidades que o conduzirão a ser, quem sabe, um futuro enfermeiro, médico, nutricionista, alfaiate ou engenheiro (Peixoto, 1980, p. 4).

Nessa apresentação da autora, nota-se que o material foi direcionado a todos os alunos – independente desses serem homens ou mulheres, porém isso não ocorria em sala de aula. Em breve pesquisa em como ocorriam essas aulas ou mesmo em entrevistas com professores e alunos da época, conforme Revista Digital Educar (2015), é fácil comprovar que, na prática, quando a instituição possuía estrutura física, os alunos (homens) eram conduzidos à aprendizagem de atividades agrícolas; na ausência de tais condições, eles eram submetidos a exercícios físicos ou práticas esportivas.

Como iniciação ao trabalho, as meninas permaneciam em sala de aula e recebiam o conteúdo com ênfase nas atividades domésticas. Dessa forma, a aula era direcionada somente para as mulheres, e, na retirada dos alunos (homens), era excluída assim a possibilidade de alcance dos objetivos da autora. Isso confirma a interpretação educacional do que foi solicitado na LDB da época: “sondagem das aptidões individuais para o trabalho”. Tal feito era replicado dentro da sala de aula, em que bem aceito, naquela sociedade, era que à mulher lhe fosse conferido cuidar bem do lar, saber pregar um botão, fazer barra de calça, enaltecendo, dessa forma, essas habilidades a cada aluna presente. Aos rapazes, era-lhes oferecido, no mesmo horário da aula, educação física ou atividades agrícolas, reforçando e inculcando no aluno que ele deveria ter força, vigor e ser provedor. As atividades domésticas não foram feitas para eles, visto que eram

distanciados dessas atividades

Nas condições de produções restritas, descrevemos um dos aspectos do cenário externo ao ambiente escolar que afetam os sentidos transmitidos pelo material didático no tocante à imagem da mulher.

A formulação curricular, como a própria LDB sugestiona, deriva dos valores culturais e funcionamento social da época. Nesse recorte específico, o livro era utilizado na década de 1980 no Estado de Goiás, antes de sua divisão para formar o Tocantins, nas escolas públicas de 1º grau, em consonância com os aspectos socioculturais regionais, ideológicos, que refletiam os lugares ocupados pela mulher na época e refletidos na mídia. A referida Lei estipula que a disciplina Educação para o Lar deve ser direcionada aos alunos conforme os talentos individuais dos alunos. Com base nessa regulação, os alunos (homens) eram retirados das aulas durante essa disciplina para praticarem educação física, e as meninas se dedicavam a aprender bordados, ponto cruz, dicas de beleza, culinária ... Tarefas domésticas. A Lei nº 65307/77, alínea a, era citada nos versos do boletim/histórico escolar como justificativa para a ausência das alunas nas atividades físicas.

BLOCO D. CONVENÇÕES	BLOCO F. OUTRAS INFORMAÇÕES				
<p>MENCÕES E CONCEITOS QUE APROVAM</p> <p>SS - SUPERIOR (DE 90 A 100) E - EXCELENTE</p> <p>MS - MÉDIO - SUPERIOR (DE 70 A 89) S - SATISFATÓRIO</p> <p>MM - MÉDIO (DE 60 A 69)</p> <p>MENCÕES E CONCEITO QUE REPROVAM</p> <p>MI - MÉDIO - INFERIOR (DE 01 A 49) NS - NÃO SATISFATÓRIO</p> <p>SRE - SEM RENDIMENTO EVIDENCIADO - (ZERO)</p>	<p>O aluno foi dispensado da prática de Educação Física na 8ª série, de acordo com a alínea "a" do Art. 1º da Lei nº 6.503/77.</p> <p><i>Assinatura</i> <i>Olga da Fonseca Braga</i> Secretária Registro Nº 68-DIE DF</p>				
BLOCO E. OBSERVAÇÕES	BLOCO G. CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE 1º GRAU				
<p>GRADES CURRICULARES EM VIGOR ATÉ 1980</p> <p>o Da 1ª à 4ª série, em COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO, incluem-se os estudos de Educação Física e Educação Artística; em INTEGRAÇÃO SOCIAL, os estudos de Educação Moral e Cívica e Ensino Religioso; em INICIAÇÃO ÀS CIÊNCIAS, os estudos de Matemática e Programas de Saúde;</p> <p>o A Educação Geral, nas quatro primeiras séries, recebe tratamento de ATIVIDADES; na 5ª e 6ª séries de ÁREAS DE ESTUDO; na 7ª e 8ª séries de ÁREAS DE ESTUDO ou DISCIPLINAS.</p> <p>GRADE CURRICULAR EM VIGOR A PARTIR DE 1981 - PARECER Nº 145/80-DEDF</p> <p>o Os componentes curriculares de 1ª a 4ª série recebem tratamento de ATIVIDADES;</p> <p>o Os componentes curriculares de 5ª a 8ª série recebem o seguinte tratamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ATIVIDADES - Iniciação às Práticas de Trabalho, Educação Física, Educação Artística, Programas de Saúde e Ensino Religioso. - ÁREAS DE ESTUDO - Comunicação em Língua Portuguesa, Ciências Físicas e Biológicas, Matemática e EMC/OSPB. - DISCIPLINAS - Língua Estrangeira Moderna, História e Geografia. 	<p>Certificamos que, tendo em vista os resultados obtidos no ano de 19 <u>83</u>, na <u>8ª</u> série do ensino do 1º grau, o(a) aluno(a) é(foi) considerado(a) habilitado(a) a matricular-se na <u>primeira</u> série do <u>2º</u> grau, nos termos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.</p> <p>data 08.05.84.-or</p>				
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>SECRETÁRIO(A) DO ESTABELECIMENTO</th> <th>DIRETORIA DO ESTABELECIMENTO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td> <p><i>Assinatura</i> <i>Olga da Fonseca Braga</i> Secretária Registro Nº 68-DIE DF (carimbo/assinatura)</p> </td> <td> <p>GDF - SEM - DEDF Complexo Educ. Taquatinga Centro Educ. E.T.T. <i>Assinatura</i> ICLAY ROSA Registro Nº 30088 (carimbo/assinatura)</p> </td> </tr> </tbody> </table>	SECRETÁRIO(A) DO ESTABELECIMENTO	DIRETORIA DO ESTABELECIMENTO	<p><i>Assinatura</i> <i>Olga da Fonseca Braga</i> Secretária Registro Nº 68-DIE DF (carimbo/assinatura)</p>	<p>GDF - SEM - DEDF Complexo Educ. Taquatinga Centro Educ. E.T.T. <i>Assinatura</i> ICLAY ROSA Registro Nº 30088 (carimbo/assinatura)</p>
SECRETÁRIO(A) DO ESTABELECIMENTO	DIRETORIA DO ESTABELECIMENTO				
<p><i>Assinatura</i> <i>Olga da Fonseca Braga</i> Secretária Registro Nº 68-DIE DF (carimbo/assinatura)</p>	<p>GDF - SEM - DEDF Complexo Educ. Taquatinga Centro Educ. E.T.T. <i>Assinatura</i> ICLAY ROSA Registro Nº 30088 (carimbo/assinatura)</p>				

Histórico Escolar - documento cedido por aluna da época de Taguatinga - Goiás

Nesse período, a nova Lei do Divórcio – Lei nº 6.515/1977, desobrigou em as mulheres do casamento indissolúvel e da obrigatoriedade de usarem o nome dos maridos, apesar disso, culturalmente, o divórcio, no tocante a imagem feminina, ainda não era bem aceito na sociedade, e a mulher divorciada não era bem-vista, mesmo que o divórcio não tenha sido provocado por ela. Sendo assim, muitas se sujeitavam a casamentos infelizes em prol da aparência.

Segue abaixo algumas legislações que, à época, constituíam as condições de produção da imagem feminina:

1967 - A discriminação contra a mulher passa a ser considerada violação aos direitos humanos;

1974 - Mulheres conquistam o direito de portarem cartão de crédito. Até esse ano, ao solicitar um cartão de crédito ou empréstimo eram obrigadas a levar um homem para assinar o contrato (“Lei de Igualdade de Oportunidade de Crédito”);

1975 - Declarado Ano Internacional da Mulher, a ONU criou o Dia Internacional da Mulher, escolhendo o dia 8 de março;

1977 – O casamento deixa de ser indissolúvel com a promulgação da Lei do Divórcio e só então a mulher brasileira passa a poder escolher usar ou não o sobrenome do marido (Lei 6.515/ 1977)- (Leia nosso artigo "[Lei do Divórcio completa 45 anos no Brasil](#)");

1979 - O futebol deixa de ser proibido às mulheres (revogado [Decreto 3.199/ 1941](#));
 1984 - Ratificada a Convenção de Eliminação de Discriminação contra a Mulher (Resolução [34/ 180](#) da Assembleia Geral das Nações (ONU), de 18.12.1979), ratificada pelo Brasil em 01.02.1984;
 1988 – Promulgação da atual [Constituição](#). O artigo [7º](#), inciso [XXX](#) da [Constituição Federal](#) estabelece que é proibida a diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de idade, de sexo, idade, cor ou estado civil;
 1989 - Só então as expressões "desquite por mútuo consentimento", "desquite" e "desquite litigioso" são substituídas por "separação consensual" e "separação judicial", apesar da Lei do Divórcio ser de 1977. Cumpre frisar que a mulher "desquitada" sofria grande preconceito da sociedade (Lei [7.841/ 1989](#) que alterou o [CPC/1973](#));
 1990 – O [ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente](#) estabeleceu a igualdade de condições do pai e da mãe no exercício da guarda e responsabilidade em relação aos filhos comuns (Lei [8.069/ 1990](#));
 1997 - Estabeleceu um sistema de cotas por gênero em que as chapas lançadas às eleições precisam ter um percentual mínimo entre homens e mulheres (Lei nº [9.504/ 1997](#) - [Lei das Eleições](#));
 1997 - Abolida a proibição de uso de calça comprida por mulheres no acesso aos gabinetes do Palácio do Planalto e ao plenários e tribunas de honra do Congresso Nacional, do STJ e do STF;
 2002 – A falta de virgindade deixa de ser motivo para anular casamento (Lei [10.406/ 2002](#) - [Atual Código Civil](#)).

Na AD, temos a mídia como um aparelho ideológico muito bem adjetivado de arquipotente por Charaudeau (2015, p. 19), ao informar a notícia e principalmente como informam. A grande mídia posiciona socialmente seu público, com ares de isenção, divulgando comportamentos e transmitindo conhecimentos. Ela reproduz os interdiscursos e as ideologias de seu período, é o reflexo ideológico da sociedade.

Na década de 1980, no norte goiano, quando a mulher era mencionada nos jornais – em nosso exemplo, o Jornal do Tocantins – nas colunas sociais, seus nomes acompanhavam os nomes completos dos esposos, enquanto os delas, eram citados somente com o primeiro nome, como verificado na Figura 2.

Figura 2 – Anúncio em Jornal do Tocantins

Foram padrinhos dos noivos:
 Governador de Goiás, Ary Ribeiro (Maria Bahia) Valadao,
 Vereador Arnon (Nilza) Leal,
 Vereador Josealdo (Edna) Teixeira, empresário Tatico (Dora) Borges, Celso (Diva) Dias, Edson Zum Beck e Srta. Rosana, Carlos (Arlete) Gava, Adson (Norma) Barbosa, José (Enedina) Vaz e outros mais.
 ★ ★

Fonte: Lopes (1979) p. 10

Sem dúvida, o nome é a primeira percepção de quem somos no mundo. Para os hebreus/judeus o nome é atrelado a significados de quem você é ou será. Ainda é usual ter o conhecimento dos significados dos nomes antes do registro dos filhos como uma

maneira profética de abençoar a vida da criança, fato cultural em nosso país. De certo, o nome é algo muito significativo na formação da identidade, conforme verificado no trabalho de Carvalinhos (2005, p. 16):

o nome de pessoa – seja ele aplicado a uma pessoa a uma entidade que representa uma pessoa ...– é um manancial rico para conhecimento não apenas da língua, mas também permite apreender um pouco da cultura, religião e até ideologia do povo que o criou em determinada época, uma vez que a língua mantém intactos nos nomes de pessoas as partículas mínimas de significação (semas), preservando os já mencionados aspectos ideológicos, de fé ou simplesmente contando a história da denominação humana como vimos; aspectos que são passíveis de reconstituição por meio da ciência onomástica em sua vertente antroponímica.

O que ocorre é que o nome traz a história do ser; por meio dele é possível obter uma pré-narrativa ancestral do que fomos e até conhecer um pedaço da sociedade de quando nascemos. A ocultação do nome feminino na matéria jornalística traz à mulher o sentido de ignorância por sua história, é a sociedade dizendo: De onde você veio não importa, e sua história só é interessante quando atrelada à história de seu companheiro. Na época, não havia projeção social profissional feminina, e a estrutura apresentada, omitindo o nome da mulher na notícia, reflete bem a desimportância de serem citadas tal como eram citados os seus cônjuges. Esse discurso era normatizado, um padrão, e conseqüentemente aceito normalmente por todos, por toda a sociedade, sendo replicado por homens e mulheres.

Outro sentido possível ao observarmos a construção da apresentação dos nomes das mulheres no jornal é de que a mulher deve ficar escondida, na sombra do marido, com uma aparição discreta, ou seja, os louros pertencem ao seu esposo. As percepções desse sentido, a colocam no lugar de inferiorização. Esses sentidos vão preenchendo uma memória discursiva, alimentando as formações discursivas, e moldando o comportamento feminino, seus valores, sua postura de recato e de apagamento em face da ideologia patriarcal amadurecida. Ideologia essa que proporciona as formações imaginárias.

O nome é a primeira informação a ser repassada quando nos identificamos, como nós chamamos e de onde viemos. Conforme Reis (2024, p. 264):

A primeira interação com nosso nome ocorre quando somos apresentados a ele. Desde o momento em que escutamos esse conjunto de sons que nos identificará ao longo da vida, começamos a desenvolver uma relação pessoal com ele. Se o nome nos agrada, se ressoa conosco, isso pode criar uma conexão positiva desde o princípio.

A materialidade do nome completo carrega as nossas primeiras histórias; fala de onde viemos. Em geral, o nome é único, de uso exclusivo; mudá-lo é, em parte, abdicar sua ancestralidade, trazendo o sentido não só de dependência, ou posse, mas também de identidade, de como nos vemos. Mesmo após a Lei do Divórcio de 1977, que permitiu à mulher que o uso do nome do esposo passasse a ser facultativo, nessa época, quase que unanimemente, ao se casar, as mulheres mudavam de nome, “tornando-se uma só” com seu esposo, deixando pai e mãe, inserindo o sobrenome de seu esposo e adotando uma nova vida. Ela sai do poder patriarcal de seu pai e passa a ser “administrada” pelo poder marital, reforçando a ideologia patriarcal.

Nas colunas sociais, conforme verificado na Figura 1, Lopes (1979), no tocante à apresentação do nome, aponta que somente a historicidade da celebridade masculina era apresentada a público, visto que somente era importante destacar o nome (e sobrenome) masculino, desprezando o nome feminino.

Havia um padrão na disposição dos nomes, obedecendo a seguinte ordem: primeiro, os nomes do homem; depois, entre parênteses, o primeiro nome da esposa; e, por fim, o sobrenome do homem. O nome Édna é citado na Figura 1, e como saber quem é a Edna citada no jornal? Existem tantas. Somente, observando o nome do esposo, que aparece antes do nome dela, como disposto na Figura 1: “Vereador Josealdo (Edna) Teixeira. Esse modelo de apresentação da mulher, nos jornais era naturalizado e fortificava a construção dos interdiscursos sobre o lugar feminino na sociedade e como ela se via.

Vejamos mais alguns exemplos em noticiários que traz o reflexo dessa imagem feminina na sociedade. Nas notícias sobre divórcio, em face do adultério, a linguagem utilizada sobre as mulheres vinha com riqueza de detalhes e com *status* de criminalidade. Contudo, apesar de ser legalmente criminalizado, na época, para ambos os sexos, culturalmente isso ficava somente no papel, visto que, quando ocorria o fato relacionado aos homens, era noticiado com vocabulário polido, como verificado nas notícias das Figuras 3 e 4.

Figura 3 – Anúncio de divórcio: mulher traidora

convivência em comum, o casal viveu em perfeita harmonia, entretanto no mês de janeiro do corrente ano, a requerida passou a manter relações sexuais com outro homem, de nome CLAUDIONOR FERNANDO DA SILVA, a época dos fatos vizinho do casal; Essa atitude culminou, logo após, precisamente no dia 20 de janeiro deste ano, com o abandono do lar pela esposa em companhia do seu amasio, sem nunca mais ter dado notícia de seu paradeiro. Houve portanto, ruptura da união conjugal, em virtude da conduta desonrosa da requerida e violação dos deveres matrimoniais de fidelidade e coabitação. O casal não possui bens a partilhar; O requerente deixa de pedir a separação de corpos ante o já exposto. EX. POSITIS, o requerente, nos termos do artigo 5º "caput", da lei nº 6.515, de 26.12.1977, vem propor a presente AÇÃO DE SEPARAÇÃO JUDICIAL CONTENCIOSA, contra sua mulher GERALDA GOMES FREITAS, brasileira, do lar, atualmente em lugar incerto e ignorado, requerendo a V. Exa. se digne de ordenar a citação da mesma por Edital (Art. 231,II, do C.P.C.), para contestar a ação, querendo, ficando a requerida ciente de que, não sendo oferecida contestação, os fatos articulados na inicial se presumirão aceitos por ela, como verdadeiros, face ao que prescreve o artigo 285, da lei processual civil. Finalmente, provados os fatos expostos na peça vestibular, requer a decretação da separação judicial e consequente dissolução da sociedade conjugal, condenando-se a requerida a pagar, as custas processuais e honorários advocatícios que forem arbitrados por V. Exa. Dando a presente o valor de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), para efeitos fiscais, protesta provar o alegado por todos os meios digo, meios de provar digo, prova permitidos em direito, inclusive depoimento pessoal da requerida, pena de confissão, testemunhas e juntada de documentos. D.A.R. esta com os documentos inclusos e intimado o Ilustre Representante do Ministério Público, pede deferimento. Pede deferimento. Araguaína Go., 22 de outubro de 1979. (Ass.) Helio Gustavo Mach, advogado. DESPACHO: Afirmada a audiência, cite-se a requerida via de Edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, a ser publicado no D.S.E. e em seguida digo, um dos semanários

Fonte: Jornal do Tocantins (1979) (prints da autora).

Figura 4 – Anúncio de divórcio: mulher traída

1.974, quando a requerente estava grávida de 01 (hum) mês da filha Cláudia, foi abandonada pelo réu, que desapareceu; 4.) — que soube há alguns meses que o suplicado estava vivendo com outra mulher, em Belo Horizonte - MG., porém, daí em diante, cessaram as notícias; 5.) — houve portanto ruptura da união conjugal, em virtude da conduta desonrosa do réu e da violação dos deveres matrimoniais; 6.) — não há bens a partilhar e ante o exposto, pede a citação do réu, via de Editais, para que responda a ação dentro do prazo de 15 dias, pena de revelia e confissão. Espera que afinal seja a ação julgada procedente, condenando o réu como cônjuge culpado, nas custas do presente processo e demais cominações de direito. Requer que V. Exa., se digne a arbitrar as verbas alimentícias provisórias para os filhos menores, na base de um terço (1/3) do salário mínimo para cada um, até a final estipulação das mesmas. Assim, esperando a decretação da Separação Judicial, protesta pelo exposto, documentos, testemunhas e demais provas em direito permitidas, pedindo a autora, que na sentença, fique autorizada a usar o nome de solteira, de tudo ouvido o Dr. Promotor de Justiça. Dá à presente o valor de Cr\$1.000,00. Nestes termos — Pede deferimento. Araguaína, 26 de setembro de 1979 (Ass.) Geraldo Lemos Salcides — Advogado. OAB, GO.1928. CPF 025194101-91 **DESPACHO:** Cite-se o suplicando digo, o suplicado via Edital com o prazo de 20 dias, para comparecer a audiência de conciliação e julgamento que desde já marco para o dia 12 (doze) do mês de dezembro do corrente ano, às 13:00 horas, no Fórum local, ficando, inclusive, citado para contestar a ação, sob pena de revelia, cujo Edital deverá ser afixado no Placar do Fórum, publicado duas vezes no semanário local "O Estado do Tocantins" e uma vez no Diário da Justiça do Estado. Arbitro alimentos provisórios no valor de Cr\$600,00 (seiscentos cruzeiros) para cada filho menor do casal, em número de 3 (três) totalizando Cr\$1.800,00 (hum mil e oitocentos cruzeiros), a ser pago mensalmente pelo suplicado, no mais tardar até o dia dez (10) do mês seguinte ao vencido. Intime-se a requerente e o seu procurador, deste despacho e notifique-se o Dr. Promotor de Justiça. Cumpra-se. Araguaína-Go., 03.10.1979. (Ass.) João Batista de Castro Neto — Juiz de Direito.

Fonte: Goiás (1979) (prints da autora).

Na figura 2, ao se referir à traição de uma mulher, ela foi exposta com os seguintes dizeres: “a requerida passou a manter relações sexuais com outro homem... houve portanto ruptura da união conjugal, em virtude da conduta desonrosa da ré.” Ora, aqui temos o esquecimento de que a mesma notícia poderia ser dada de outra forma, estendendo o uso da família parafrástica, como por exemplo:

A requerida contraiu relação íntima com outro homem.

A requerida se envolveu intimamente com outro homem.

A requerida passou a se relacionar intimamente com outro homem.

A requerida começou a manter interações de cunho íntimo com outro homem.

A escolha dos termos na notícia – “A requerida passou a ter relações sexuais com outro homem” – dão sentidos de maior peso no julgamento do leitor à ré, colocando-a em uma situação muito depreciativa, e dando sentidos mais apelativos e chocantes no tocante ao crime cometido pela mulher. Quando trocamos os termos relação sexual

por relações íntimas, atenuamos a culpabilidade da ré, ela ainda ocupa o lugar de criminosa, porém os sentidos advindos virão em menor potência desfavorável à ré. A escolha dos termos utilizados no dito, associados ao meio sócio-histórico da época, determinam sentidos, em conformidade com o que diz Orlandi (2015, p. 30): “Esses sentidos têm a ver com o que é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto também fazem parte dele”

Esses veículos de comunicação eram os *influencers* da época. O formato de veiculação de notícias se modernizou, mas não diminuiu seu poder de convencimento e de criação de verdades e “verdades”, como menciona Soares (2020, p. 106): “a verdade do jornal, como toda verdade, emerge do que é produzido por meios de jogos de força que remetem à verdade do próprio sujeito”.

Ressalta-se que, naquela época, adultério era crime, e, não precisamos nos aprofundar em perceber que o crime só era válido quando praticado pela mulher; a traição masculina, inclusive nos dias de hoje, era algo aceito pela sociedade, como natural do sexo masculino. A própria lei, ainda válida na época, o Código Civil de 1916, excluía o dever de pagar pensão alimentícia à mulher que “não fosse inocente”: “Art. 320. No desquite judicial, sendo a mulher inocente e pobre, prestar-lhe-á o marido a pensão alimentícia, que o juiz fixar.”

Os jornais impressos detinham a força informativa, trazendo um simulacro da realidade conforme a conveniência moral e social da época, como temos nos exemplos nas Figuras 2 e 3, construindo as formações discursivas do seu tempo. Os tipos de notícias eram variados, inclusive com informações do cartório de registro civil, elevando o patamar do jornal à quase de incontestável. Charaudeau (2010, p. 19) ressalta que “ora o papel arquipotente desempenhado pela mídia informativa é significativo na disseminação de saberes, de comportamento e de sua própria utilidade”.

3 A imagem feminina atravessada pelos sentidos do livro Educação para o Lar

A formação imaginária consiste no acionamento da memória que visita os interdiscursos produzidos na sócio historicidade do sujeito, moldando a ideologia. Na Figura 5 temos a demonstração de Pêcheux (1969), sobre a existência das formações imaginárias, onde I significa Imagem.

Figura 5: Formações Imaginárias

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja "resposta" subentende a formação imaginária correspondente
A	$I_A(A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A
	$I_A(B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A
B	$I_B(B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B
	$I_B(A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B

Fonte: Pechêux (1969, p. 83)

A Figura 5 facilita conhecermos o funcionamento e a dinâmica das formações imaginárias nos sujeitos, dando-nos a ideia da movimentação dessas formações para a apropriação de uma ideologia. O que mais chama a atenção são as questões (perguntas) implícitas nas significações imaginárias interiores de cada sujeito em suas posições: o Sujeito A pergunta para si: “Quem sou eu para lhe falar assim?” A possui uma imagem de si mesmo ao falar, e isso modifica seu discurso por ser quem é.

Por meio das formações imaginárias, condições de produção e interdiscursos, faremos uma análise dos sentidos possíveis na gravura abaixo escolhida (Figura 6) do referido livro didático, considerando Orlandi (2015), em que o mecanismo imaginário é afetado pelas condições de produção.

Figura 6 – Conteúdo didático sobre alimentação



Fonte: Peixoto (1980).

As formações imaginárias implicadas em nosso objeto de análise destacam a

instituição escolar na gravura representada por um homem mais velho e trajando jaleco. Ao trazer uma figura mais velha, temos as primeiras respostas para a formação imaginária de A sobre A: “Quem sou eu para lhe falar assim?” Recorrer à imagem do homem mais velho, traz o sentido de sabedoria e respeito. Desde a antiguidade, os mais velhos são considerados detentores de sabedoria (Paula, 2016), e isto faz parte do imaginário de A. Essa formação imaginária é de A sobre A, traz molde ao seu discurso, um reforço de credibilidade a sua fala, no sentido de que se deve respeito e consideração maior às falas de pessoas de mais idade. Notamos que, apesar dessa construção ideológica estar se modificando cada vez mais em nosso tempo, à época pesquisada, essa percepção era muito forte no Goiás e conseqüentemente no norte goiano. Então, trazer a figura de uma pessoa mais velha por A é carimbar o produto de seu discurso. Agrega-se a isso o fato de a figura mais velha tratar-se de uma fala masculina, um homem mais velho, calvo, representando o senhor da sabedoria, posição social e lugar de fala, como referência para definição de conceitos. Vimos anteriormente que a mídia já refletia a pouca relevância social da mulher e, nessa figura, a utilização da figura masculina traz poder ao discurso patriarcal predominante e aceito.

A formação imaginária entre A e B é formulada antecipadamente ao dito, conforme as condições de produção assujeitadas e o lugar que ocupa na sociedade, ideologia, memórias assujeitadas pelos interdiscursos. A identidade é produto da finalização do processo imaginário, implicando identificarmos a nós mesmos e o outro. “Na relação discursiva, são as imagens que constituem as diferentes posições, [...] as condições de produção estão presentes no processo de identificação dos sujeitos no discurso” (Orlandi, 2015, p. 40-41).

Continuando nossa análise a partir do recorte da Figura 6 (nosso objeto de análise), temos esse personagem anônimo, mediador dos saberes, entre aluno e o livro Educação para o Lar. Ele está trajado de um jaleco, usando óculos; é calvo e está falando com uma mulher de cabelos longos e sorriso contido, sentada à mesa, com uma tigela de macarronada e um pote de doces; a mulher está servida de um generoso prato da macarronada e está munida de um garfo e guardanapo em seu colo. Nesse cenário, o mediador aponta para ela e diz: “Você vai virar uma baleia!”.

Essa fala pode chocar o leitor de hoje, porém era legitimada no norte goiano e possível de utilização na ministração dessa disciplina; a didática era naturalizada, não existia o termo “gordofobia”, e, à maneira da época, formava-se o objetivo principal de educar. Nessas aulas, havia somente a participação feminina, cuja informação é

ratificada pelos relatos de pessoas que receberam a disciplina na época. Os alunos (homens) torciam o rosto para o conteúdo do livro como costura, higiene, vestuário, afazeres domésticos e alimentação.

De forma subjugada a aluna já experimentava a advertência que consolida o discurso patriarcal. Pêcheux trata dessa memória como a esquecida: o sujeito já esqueceu quando formula o discurso e o que recebe o discurso também esquece que o que entendeu estar ouvindo, na realidade ele já havia entendido antes de ouvir. O leitor tende a deduzir que possuir quilos a mais está ligado a uma anatomia desprivilegiada e feia, cuja associação – o dito aqui: “Você vai virar uma baleia” –, empregada por um personagem que transmite autoridade, valida o tratamento de pessoas gordas como passíveis de serem nomeadas como “baleia” pela sociedade.

Temos nessa figura masculina, também o jaleco como parte do imagético alimentado por interdiscursos. Sabemos que a linguagem não é feita somente de signos, mas ela vai além, nosso vestuário, também é fala, é discurso. O recorte de análise do livro Educação para o Lar, encontra-se na parte destinada à nutrição/alimentação, remete à saúde. Essa figura masculina utilizada vem paramentada de um profissional de saúde, vestindo um jaleco; nos remetendo à imagem de ser um médico.

A etnógrafa, médica Chazan (2005), narra em seu livro Pesquisas de Campo, que o uso do jaleco possibilitou acessar as pessoas entrevistadas de uma maneira diferente de quando ela não trajava esse acessório. A verdade é que o jaleco virou um item de imagem médica, objeto de identificação desse profissional, fato que, quando a pesquisadora não usava jaleco, o tratamento direcionado à pesquisadora era diferente tanto por pacientes como por profissionais do que quando ela estava “disfarçada” de médica”, onde ela obteve acesso a informações em clínicas para sua pesquisa. A profissão médica é uma das profissões que tem relevante *status* de credibilidade e sucesso na sociedade, sendo atribuído a esse profissional, atenção a tudo o que eles falam pelo fato de serem médicos. Tal imagético é consolidado na sociedade e aqui foi utilizado no livro Educação para o Lar como um recurso para alcançar o leitor, dando maior censo de importância ao discurso.

Dessa forma a frase: “Você vai virar uma baleia!”, mesmo sendo chocante nesse momento a nós, era utilizado didaticamente e naturalmente pelo livro escolar como estratégia de ensino que valida a reprodução desse discurso, lembrando que não existia o termo gordofobia na época.

O padrão de beleza imposto do corpo magro já era um critério que definia a estética do belo. Em pesquisa feita pela socióloga Strings (2019)³ defendeu a tese, em seu livro: *Temendo o Corpo Negro: as Origens Raciais da Fobia à Gordura*, de que o discurso homofóbico teria origem na necessidade do homem branco não se equiparar ao negro. Na Antiguidade, as mulheres voluptuosas eram tidas como belas, porém, a partir da escravidão dos negros trazidos da África, os corpos negros eram considerados demasiadamente gordos, e os europeus viam a necessidade em não se parecerem com os negros. Daí começou-se a denominar que ser gordo era feio, pertencente à raça negra e que o branco deveria se desvencilhar dessa imagem:

Mas segundo a tese defendida pela pesquisadora, o padrão de corpo ideal teria passado a ser mais magro e longilíneo a partir do momento em que os escravizados, tirados à força da África, começaram a ser considerados "gordos demais" ou julgados pela quantidade de alimentos que ingeriam.

A frase “Você vai virar uma baleia!” reproduz interdiscursos ativados pela memória, possivelmente replicando a ideia da não igualdade do branco com o negro. Embora essa não seja claramente a pauta (racismo), é uma das origens mais aceitáveis pelos pesquisadores, conforme tese defendida por Strings (2019) e difundida por gerações.

Outra possibilidade da origem desse discurso de aversão ao corpo gordo seria a medicina, uma ideia solidificada ao longo dos anos, porém para Strings não é de todo sustentável. Segundo a autora,

o principal índice usado para calcular o peso ideal de cada pessoa, o IMC (índice de massa corporal), não traduz da forma correta todas as especificidades e diferenças corporais da população mundial (Strings, 2019, p. 54).

O uso dessa frase “Você vai virar uma baleia!” era, portanto, a metodologia adotada e naturalizada para se alcançar o objetivo de ensinar à aluna o conteúdo sobre nutrição.

Nesse momento, é muito válido lembrar que os meninos não participavam da aula, mesmo que na gravura fosse retratado um mocinho, eles não seriam alcançados por esse imperativo da frase. Nessa condição de produção, temos circunstancialmente claro que estava voltada somente para as meninas, reforçando ainda mais a ideia do

³ Socióloga e professora da Universidade da Califórnia Irvine, Sabrina Strings estuda há anos esse tema. E, segundo a tese desenvolvida por ela, o surgimento da gordofobia estaria ligado ao início da escravidão africana na Europa e América.

privilegio masculino social experimentado na educação, falta da severa cobrança estética para com eles e da terceirização quase que total às mulheres do serviço doméstico, visto que era um livro que trazia ensinamentos que não eram direcionados aos meninos, não só pelo total desinteresse em aprender : como pregar botão, fazer barras de calças, cuidar de jardim, arrumação de casa entre outros afazeres do lar, mas também pelo desinteresse da instituição em ensinar.

Um reflexo da cobrança desse padrão de beleza e de assujeitamento a esse modelo foi o sucesso da boneca Barbie nos anos 80 e 90, que informava, na mimese biotípica do brinquedo, o padrão de beleza ideal a ser alcançado pelas meninas da época: um corpo magro, cabelos lisos e loiros evidenciando o contraste com a raça africana e fortalecendo a tese de Strings sobre o distanciamento em semelhanças com a raça negra (Figura 7). Como destacado pela autora, “o medo da imaginada “mulher negra e gorda” foi criado por meio de ideologias raciais e religiosas, que foram usadas para degradar mulheres negras e disciplinar mulheres brancas” (Strings, 2019, p. 119).

Figura 7 - Formação imaginária do Belo



O sucesso da venda do produto se deve à identificação e assujeitamento discursivo da ideia de beleza vendida e propagada pela boneca Barbie.

Na AD, como explicado, temos a formação imaginária de A e B. Para enxergarmos melhor o jogo dos sentidos nesta análise, a instituição escolar, transmissora do ensino e afetada por esse recorte será A, e B representará os alunos e alunas. Os sujeitos são sujeitos quando assujeitados pelos interdiscursos (já dito e

esquecido), se posicionando pelo atravessamento da ideologia historicamente abraçada. Como destacado por Orlandi (2015, p. 49), “é a posição que deve e pode ocupar todo indivíduo, para ser sujeito do que diz”.

No momento da leitura desse recorte, observamos uma clara advertência que aponta a consequência dos quilos a mais, apelando para a animalização do ser humano, facilmente perceptível na materialidade do texto, fala permitida em comparar o personagem feminino com uma baleia e com uso pedagógico e instrucional.

A instituição escolar, ao transmitir e conduzir de forma patriarcal o ensino, o faz inconscientemente, pois não tem lembrança da origem desse discurso e reproduz essa formação discursiva, visto que “quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós” (Orlandi, 2015, p. 35). Quanto ao esquecimento, Soares (2018) parafraseando Pêcheux, explica que não só se esquecem da origem dos dizeres, como se esquecem que os dizeres podem ser outros e todos os falantes percorrem esse processo de assujeitamento à língua. “Portanto, o assujeitamento à língua, é uma interpelação ideológica na qual todos que se inscrevem no dizer passam” (Soares, 2018, p. 109). A formação discursiva patriarcal prevalece após a absorção dos sentidos da instituição com o livro; o aluno recebe esse discurso patriarcado pelas condições estritas e amplas de produção. A experiência real vivenciada por A e B moldarão a formação discursiva de ambos, contudo, não necessariamente A e B possuem o mesmo discurso.

No caso, o mediador anônimo na gravura que aparece proferindo a frase é uma figura masculina, mais velha, já sem cabelos, trajando jaleco, representando a instituição, usando uma linguagem não-verbal para sustentar ainda mais o sentido produzido, sustentando um discurso homofóbico e patriarcal, essas ideologias são reproduzidas no dito e não dito.

O provável silêncio das meninas pela situação aqui também é significado. Elas não sabiam, mas elas já concordavam com esse discurso, antes mesmo dele ser apresentado, pois absorviam situações que fortaleciam a produção de sentido desse discurso patriarcal ora na família, ora refletidos na mídia, enfim, na sociedade em que viviam.

A formação imaginária da disciplina, pela instituição, ultrapassou os limites do dito. Retomando o contexto da apresentação do livro, a autora deixa claro que seu uso é para todas as alunas e todos os alunos, porém a cultura patriarcal era tão forte na época que perpassou os limites do dito, e o não dito falou mais alto em sala de aula ratificado

pelas condições de produção já vivenciadas na sociedade da época.

Como descrito nas condições de produção, a estética já era cobrada nos meios de veiculação midiática, isso já estava validado inclusive na educação, como vimos na gravura (Figura 5). Subentende-se que era extremamente normal esse desmerecimento com as mulheres e com mulheres acima do peso, provavelmente trazendo sentidos à mulher que não se encaixava, como falta de autoaceitação, e, ao homem, criação de padrões de beleza definidos conforme a mídia.

Nesse sentido, Soares (2018, p. 49) explica que:

As informações veiculadas pela mídia carregam em si a possibilidade de se tornarem parte integrantes das formações discursivas postas em marcha na circulação dos dizeres à incorporação por parte dos sujeitos. Através de procedimentos adotados pela mídia em seus diversos vetores, para garantir o efeito da veracidade, seus conteúdos informativos ganham status de confiabilidade, influenciando uma determinada percepção dos fatos noticiados e, ao mesmo tempo, configurando um acesso a muitos contextos da vida social.

A opacidade das informações trazidas pelo meio de comunicação não é considerada e a transparência da notícia não é preservada. Todo discurso se origina de outro discurso (Soares,2018) e não existe discurso sem ideologia. Nas ferramentas da AD, temos a possibilidade de fazer esse movimento interpretativo na linguagem.

Considerações Finais

A educação inegavelmente é um dos maiores embaixadores de formação discursiva, no tocante a sermos o que somos, a falar o que falamos, a solidificar nossos discursos já experimentados fora do ambiente escolar.

O presente trabalho traz uma breve explanação sobre a Análise do Discurso e seu surgimento em 1969: “O Ano que não terminou”. Essa ciência vem colaborando em múltiplas áreas, suas ferramentas são utilizadas não somente na área de Letras, levando os leitores a um senso crítico mais apurado, e nos permite entender a construção ou formação da imagem feminina no ensino básico, no antigo norte goiano, afetada pelas condições de produção e interdiscursos da época.

O trabalho também auxilia no conhecimento de caminhos para que assim nos posicionemos em situações equivalentes. Na atualidade, a grande maioria desse discurso patriarcal está fadada ao fracasso, pois, ao olharmos para trás em comparação ao hoje,

entendemos melhor a historicidade da identidade feminina e como conceitos puderam ser desconstruídos. Para a AD, esse reconhecimento é importante não só no campo linguístico, como também tem importância no social. O trabalho evidencia a construção da imagem feminina na época que promove o conhecimento do funcionamento dos dominantes sociais e como fazem seu percurso.

Referências

A EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO EM PROL DOS DIREITOS DAS MULHERES.

Miro Neto Advogados. Disponível em: <https://www.mironetoadvogados.com.br/a-evolucao-da-legislacao-em-prol-dos-direitos-das-mulheres/>. Acesso em: 02 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Casa Civil, Brasília, 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm#art87. Acesso em: 15 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 6.503, de 13 de dezembro de 1977.** Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/lei-6503-1977_81157.html. Acesso em: 02 out. 2024.

BRAUN, Julia. Como escravidão e racismo alimentaram gordofobia, segundo socióloga. **BBC NEWS Brasil.** 25/02/2023. Disponível em: www.bbc.com/portuguese/articles/c721j8j91lwo. Acesso em: 02 out. 2024.

BUTURI JUNIO, Atilio; BRAGA, Sandro; SOARES, Thiago Barbosa (orgs.), Thiago Barbosa. **No campo discursivo: Teoria e análise.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

CARTOLA - Agência de conteúdo para o site Terra, **Educar**, 25 fev 2015
<https://www.terra.com.br/noticias/educacao/latim-e-ospb-conheca-5-disciplinas-escolares-de-outra-epoca,810075ea5f48b410VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>

CARVALHINHOS, Patricia de J. **Domínios de linguagem:** As origens dos nomes de pessoas. Revista Eletrônica de Linguística, Ano 1, nº 1, 1º semestre de 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. **O discurso propagandista:** uma tipologia. Trad. Emilia Mendes e Judite Ana Aiala de Mello. In: MACHADO, Ida Lúcia, MELLO Renato (Orgs.). *Análises do discurso hoje.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2010. 3 v.

CHAZAN, Lilian Krakowski. Vestindo o jaleco: reflexões sobre a subjetividade e a posição do etnógrafo em ambiente médico. **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, São Paulo, Brasil, v. 13, n. 13, p. 15–32, 2005. DOI: [10.11606/issn.2316-9133.v13i13p%p](https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v13i13p%p).

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50209>. Acesso em: 28 nov. 2024.

GOIÁS. Poder Judiciário. Comarca de Araguaína. Edital de citação com o prazo de 20 (vinte) dias. **Jornal do Tocantins**, Araguaína (GO), ano 1, n. 29, 30 nov. a 7 nov. 1979. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800392&pasta=ano%20198&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=346>. Acesso em: 12 jun. 2024.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A inter-ação pela linguagem**, 4. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

LOPES, Eny. Panorama Social. **Jornal do Tocantins**, Araguaína, GO, ano 1, n. 11, 27 jul. a 03 ago. 1979. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800392&pasta=ano%20198&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=126>. Acesso em: 16 jun. 2024.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. 12. ed. Campinas, SP: Pontes Editora, 2015.

PAULA, M. F. de . (2016). Os idosos do nosso tempo e a impossibilidade da sabedoria no capitalismo atual. *Serviço Social & Sociedade*, (126), 262–280. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.068>

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni Pucinelli Orlandi 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

PEIXOTO, Inez Maciel. **Educação para o lar: 1º grau**. Belo Horizonte: Editora Lê, 1980.

RAGASINE, B. **7 Situações Absurdas Impostas às Mulheres no Código civil de 1916**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/7-situacoes-absurdas-impostas-as-mulheres-no-codigo-civil-de-1916/922491481> Acesso em: 02 out. 2024.

REIS, Jefferson. **Além dos Nomes: Reflexos da Cultura Brasileira em 2024** (Portuguese Edition). Edição do Kindle.

SOARES, Thiago Barbosa. **Mídia, linguagem e sociedade: Espaços, corpos e vozes na atualização da resistência**. Campinas-SP: Pontes Editores, 2020.

SOARES, Thiago Barbosa. **Percursos discursivos: heterogeneidades epistemológicas e aplicadas**. Campinas-SP: Pontes Editores, 2022.

SOARES, Thiago Barbosa. **Percursos Linguístico: conceitos, críticas e apontamentos**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

STRINGS, Sabrina. **Medo do Corpo Negro: As origens raciais da gordofobia**. Nova York, NY: New York University Press, 2019.